

EDITORIAL

“**A** avaliação não é uma lista de resultados mas uma interrogação sobre o *por quê*: por que existe tal resultado? Trata-se de problemas de organização da ação, de estratégia dos atores, de uma incapacidade de aplicar os objetivos? As causas podem ser muito diferentes, mas a avaliação começa com a análise objetiva das causas”. Essa noção retirada do Relatório anual de 1999 publicado pelo *Conseil National d'Évaluation* francês (*L'Évaluation au service de l'avenir*”, La Documentation française, Paris, 2000, p. 32) serve de boa introdução a alguns temas discutidos neste e em números anteriores de *Avaliação*. Ela aponta para uma dificuldade recorrente: avaliar não é simplesmente constatar ou fazer balanços, é sobretudo a compreensão das causas. Então, não só levantar os resultados, mas sobretudo compreender os processos. Segundo constata essa publicação, desenvolve-se intensamente nos países industrializados da Europa o interesse pela avaliação, sobretudo em favor de abordagens participativas, pluralistas ou *collaborative evaluation*. Nestes últimos anos se dá em vários países da OCDE uma renovação e uma transformação importante nessa área. A própria OCDE e o Banco Mundial, que antes viam a avaliação quase exclusivamente como um utensílio da eficiência, reconhecem agora seu sentido político e a importância da participação das pessoas concernidas. Admite-se amplamente, agora, que a avaliação traz questões muito mais complexas que a medida. Até mesmo na Inglaterra, que desde os anos 80 experimentara as duras políticas dos governos conservadores, avaliação tende a não ser mais sinônimo de controle; não se trata mais de simplesmente saber se os resultados atendem as condições de custo e eficácia previamente estabelecidas. A idéia é que a avaliação participativa, desenvolvida em certas condições e ainda que não isenta de críticas e limitações, apresenta maior validade, porque leva em consideração a pluralidade de análises e conceitos dos participantes; tem mais chances de ser utilizada, pois os participantes se apropriam de seus resultados; tem um forte valor ético e democrático, em razão do acesso igual à palavra e às análises. Obviamente, não se opõe à abordagem “científica” da avaliação, imprescindível quando se trata, por exemplo, de trazer objetividade às discussões em que o consenso não se produz; esses dois tipos de avaliação se combinam e se completam (op. cit., p. 138-139). No Brasil, o PAIUB sempre insistiu fortemente na necessidade da participação, sem descuidar da necessária e adequada objetividade dos instrumentos técnicos. Para que o leitor se informe e se posicione, publicamos, bem a propósito, o documento do CRUB. Em sua proposta de avaliação institu-

cional, o Conselho de Reitores entende que pode exercer junto ao sistema universitário brasileiro uma função semelhante à do Conselho Nacional de Avaliação francês ou da Conferência de Reitores das Universidades da União Européia. Além de acompanhar as distintas avaliações, o CRUB quer ser também uma instância promotora de avaliação de instituições; para isso propõe um projeto que compreende procedimentos quantitativos e qualitativos, combina dinâmicas internas e externas e análises tanto de processos, quanto de resultados. Não há dúvida de que é muito importante discutir esse documento-proposta. Seguem-se dois outros estudos abordando criticamente distintos modelos de avaliação. O de Erivanio da Silva Carvalho toma o Provão como objeto de análise e busca compreender os sentidos que aí recebe a formação profissional promovida em alguns cursos de graduação e, além disso, a própria concepção de educação superior vigente no MEC e concretizada em suas políticas de reforma desse sistema. Francisco Palharini estuda o desenvolvimento do PAIUB em algumas universidades federais do sul e do sudeste. Enfatiza as diversas contradições, dificuldades e limitações dos processos, bem como o que considera “paixão” dos membros das comissões internas por esse programa e o “tormento” que vivem em razão do descaso do MEC pelo PAIUB e da opção oficial pelo Provão. Renato Dagnino e Hernán Thomas, partindo da idéia de que os marcos conceituais e instrumentais das políticas públicas de C&T em uso na América Latina têm se mostrado crescentemente inadequados para responder aos desafios do desenvolvimento socioeconômico regional, sugerem medidas e pistas para a renovação do aparelho normativo e conceitual. Dentre elas, conectar a pesquisa com a geração de oportunidades de mercado e construir uma reinterpretção dos espaços público e privado de conceitos que pertencem aos mundos da produção, da empresa e da pesquisa. De todo modo, elaborar novas dinâmicas sócio-técnicas diferentes do *main stream* “global” e, em particular, das empresas transnacionais. Maria Gorete Brotti e Nelson Colossi, analisam o processo de transição para a autonomia da UNIOESTE, segundo a percepção de seus professores e dirigentes; buscam compreender os efeitos da implantação da incipiente autonomia, naquela universidade, e identificar as principais dificuldades e possibilidades. Assim está organizado este primeiro número de 2001 desta revista – ano 6 de *Avaliação*. Com o apoio do leitor e colaboradores, vamos oferecer uma revista cada vez melhor.

José Dias Sobrinho
editor